



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

03.<sup>a</sup> Sessão Data 17/02/16  
Encaminhamento APROVADO  
Em 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO  
\_\_\_\_\_  
Presidente

JUSTIFICATIVA

2.<sup>a</sup> Sessão Data 11/02/16  
As doulas comissões para parecer.  
\_\_\_\_\_  
Presidente

04.<sup>a</sup> Sessão Data 24/02/16  
Encaminhamento APROVADO  
Em 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO  
\_\_\_\_\_  
Presidente

Fui procurado por permissionários de banca de jornal e revista, onde os mesmos relataram as normas para instalação de bancas em recuos e áreas particulares.

Informaram que na atual norma, as bancas deverão ser posicionadas com o fundo voltado para rua.

Entendemos que tal decisão deveria ficar a critério do permissionário, onde o mesmo escolheria o melhor posicionamento.

Cabe ressaltar que, fora construída pela Prefeitura bancas de alvenaria voltadas com a frente para rua, indo em desacordo com a norma em vigência.  
(foto em anexo)

Diante do exposto, é que venho submeter à apreciação dos nobres Pares o seguinte:

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº**

002 /16

Artigo 1º - O inciso II, do artigo 9º, da Lei Complementar nº 661, de 25 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 9º ...



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

I - ...

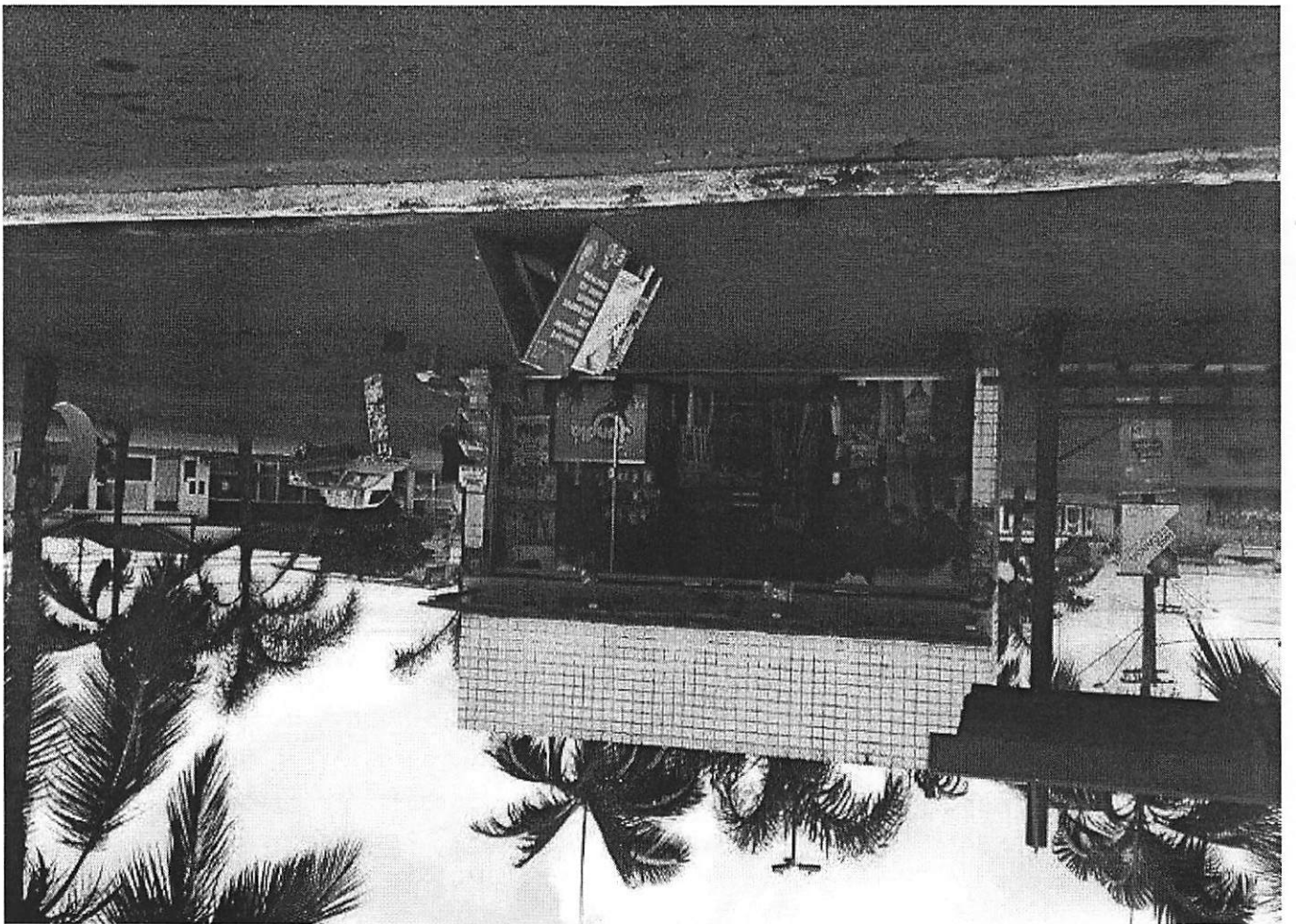
II – Ficarà a critério do proprietário da banca o posicionamento da mesma.

Artigo 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala Emancipador Oswaldo Toschi, 11 de fevereiro de 2016.

**CARLOS EDUARDO BARBOSA**

Vereador





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**PROCESSO Nº 010/16**

**FOLHA DE INFORMAÇÃO**

Sr. Presidente,

Abro o presente processo, composto de 02 fls., referentes a(o) Projeto de Lei Complementar nº 002/16 e uma folha de informação.

Praia Grande, 12 de fevereiro de 2016.

**Fabiano Cardoso Vinciguerra**  
**Operador Técnico**

A Assessoria Jurídica, para manifestação.

Praia Grande, 12 de fevereiro de 2016.

**Manoel Roberto do Carmo**  
**Diretor Legislativo**





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**À DIRETORIA JURÍDICA**  
**SENHORA DIRETORA:**

Trata o presente processo de Projeto de Lei, de autoria do Nobre Vereador CARLOS EDUARDO BARBOSA, assim ementado: **Dá nova redação ao inciso II do artigo 9.º da Lei Complementar n.º 661, de 25 de outubro de 2013.**

O projeto encontra-se no âmbito de competência concorrente do Poder Legislativo, por se tratar de matéria de interesse local, que não está no rol de reserva privativa do Executivo.

O objetivo da proposta é permitir que os permissionários de bancas de jornais e revistas instaladas no Município de Praia Grande possam eleger o melhor posicionamento da mesma no calçamento do logradouro.

A alteração está limitada apenas ao posicionamento das bancas em relação à rua, sem alterar as demais normas quanto aos recuos mínimos obrigatórios, bem como espaço livre para o passeio, visualização e segurança no trânsito.

Considerando que do ponto de vista legal e formal, a proposta não sofre quaisquer restrições, somos de parecer favorável à submissão do mesmo à deliberação colegiada.

Praia Grande, 12 de fevereiro de 2016.

  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Procurador



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**PROCESSO LEGISLATIVO N.º 010/16**

**SENHOR DIRETOR LEGISLATIVO:**

Acolho o parecer, pelos seus próprios fundamentos.

Para vossa elevada deliberação e posterior encaminhamento à Douta Comissão de Justiça e Redação.

Praia Grande, 12 de fevereiro de 2016.

**FERNANDA CHRISTINA ALVAREZ LORENZO**  
Diretora Jurídica



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 010/16

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/16

AUTOR: Vereador CARLOS EDUARDO BARBOSA

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Relator: Vereador ANTONIO EDUARDO SERRANO

PARECER

Senhor Presidente:

Às catorze horas e quinze minutos do dia quinze de fevereiro de dois mil e dezesseis, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Justiça e Redação a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente processo de Projeto de Lei, de autoria do Nobre Vereador CARLOS EDUARDO BARBOSA, assim ementado: **Dá nova redação ao inciso II do artigo 9.º da Lei Complementar n.º 661, de 25 de outubro de 2013.**

O projeto encontra-se no âmbito de competência concorrente do Poder Legislativo, por se tratar de matéria de interesse local, que não está no rol de reserva privativa do Executivo.

O objetivo da proposta é permitir que os permissionários de bancas de jornais e revistas instaladas no Município de Praia Grande possam eleger o melhor posicionamento da mesma no calçamento do logradouro.

A alteração está limitada apenas ao posicionamento das bancas em relação à rua, sem alterar as demais normas quanto aos recuos mínimos obrigatórios, bem como espaço livre para o passeio, visualização e segurança no trânsito.

Considerando que do ponto de vista legal e formal, a proposta não sofre quaisquer restrições, somos de parecer favorável à submissão do mesmo à deliberação colegiada.

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA

ANTONIO EDUARDO SERRANO

MARCELINO SANTOS GOMES

SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: 03 - PROC. 010/16 - PL 002/16 - 3º S.O.  
BANCAS DE JORNAIS

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	CADU	22:23	22:26
2	MARCELINO	22:26	22:27
3	SERRANO	22:27	22:30
4	KARAN	_____	_____
5	MARCO ANTONIO	_____	_____
6	EUVALDO	_____	_____
7	TATIANA	_____	_____
8	ROMULO	_____	_____
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 17 / 02 / 2016.

  
\_\_\_\_\_  
ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente





# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : PROJETO DE LEI Nº 002/16**  
**Autoria : CARLOS EDUARDO BARBOSA**

**Ementa : Altera o art. 9º, inciso II a Lei Complementar nº 661, de 25 de outubro de 2013. (ref. A posicionamento das bancas de revistas)**

Reunião : 3º Sessão Ordinária da 4ª S. Legislativa  
Data : 17/02/2016 - 22:30:45 às 22:31:24  
Tipo : Nominal  
Turno : 1ª Votação  
Quorum : Maioria Simples  
Condição : Maioria Simples  
Total de Presentes : 16 Parlamentares

N. Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Sim	22:30:50
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Sim	22:30:53
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Sim	22:31:02
4	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Sim	22:30:53
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PDT	Sim	22:30:56
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Sim	22:30:53
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Não Votou	
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Sim	22:30:55
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Sim	22:30:54
10	JANAÍNA BALLARIS	PT	Sim	22:31:06
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Sim	22:31:03
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Sim	22:30:53
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	22:30:53
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Não Votou	
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	Sim	22:30:51
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Não Votou	
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Sim	22:30:57

Totais da Votação :

SIM NÃO

14

0

100,00% 0,00%

**TOTAL**

**14**

Resultado da Votação :

**APROVADO**

Mesa Diretora da Reunião :

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:**

**ITEM:** 03 - PBOC 10/16 - PL 002/16 - 4:50.

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	CADU	20:45	
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 24, 02, 2016.

ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/16**

**Autoria : CARLOS EDUARDO BARBOSA**

**Ementa : Altera o art. 9º, inciso II a Lei Complementar nº 661, de 25 de outubro de 2013. (ref. A posicionamento das bancas de revistas)**

**Reunião : 4º Sessão Ordinária da 4ª S. Legislativa**

**Data : 24/02/2016 - 20:46:30 às 20:47:05**

**Tipo : Nominal**

**Turno : 2ª Votação**

**Quorum : Maioria Absoluta**

**Condição : 9 votos Sim**

**Total de Presentes : 16 Parlamentares**

N. Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Sim	20:46:34
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Sim	20:46:38
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Sim	20:46:39
4	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Sim	20:46:40
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PDT	Sim	20:46:36
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Sim	20:46:37
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Não Votou	
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Não Votou	
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Sim	20:46:40
10	JANAINA BALLARIS	PT	Sim	20:46:58
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Sim	20:46:38
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Sim	20:46:39
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	20:46:37
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Não Votou	
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PRTB	Sim	20:46:41
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Sim	20:46:40
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Sim	20:46:44

**Totais da Votação :**

<b>SIM</b>	<b>NÃO</b>
<b>14</b>	<b>0</b>
<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>

**Resultado da Votação : APROVADO**

**TOTAL**  
**14**

**Mesa Diretora da Reunião :**

  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE

  
\_\_\_\_\_  
1º SECRETÁRIO





**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
Est. de São Paulo

**AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/2016**

**“Altera o inciso II, do art. 9º da Lei Complementar nº 661, de 25 de outubro de 2013”**

**A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE APROVA:**

**Artigo 1º** - O inciso II, do art. 9º, da Lei Complementar nº 661, de 25 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Artigo 9º.....**

**I - .....**

**II – Ficarà a critério do proprietário da banca o posicionamento da mesma”.**

**Artigo 2º** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

**MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 24 de Fevereiro de 2.016**

  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

  
**EDNALDO DOS SANTOS PASSOS**  
1º Secretário

  
**CARLOS EDUARDO BARBOSA**  
2º Secretário

**SECRETARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**  
**Em 24 de Fevereiro de 2.016**

  
**Manoel Roberto do Carmo**  
Diretor Legislativo



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

Em 25 de Fevereiro de 2.016.

OFÍCIO GPC-L Nº 006/16

SENHOR PREFEITO:

Com os meus cordiais cumprimentos, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o incluso Autógrafo de Lei Complementar nº 02/16, relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 02/16, de autoria do Nobre Vereador **Carlos Eduardo Barbosa** e que “**altera o inciso II, do artigo 9º da Lei Complementar nº 661, de 25 de outubro de 2013**”, aprovado em Segunda Discussão por ocasião da Quarta Sessão Ordinária, da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, realizada no dia 24 do corrente mês.

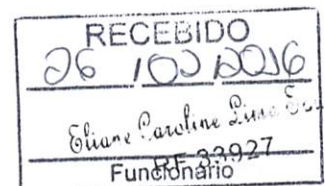
Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e devotado apreço.

Atenciosamente,

**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de  
**PRAIA GRANDE**





Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

Gabinete do Prefeito

7.ª Sessão Data 16/03/16  
Encaminhamento CIDO EM  
PLENÁRIO

Em 11 de março de 2016.

Presidente

OFÍCIO GP N° 0138/2016

Ref. Autógrafo de Lei Complementar n° 02/2016

Excelentíssimo Senhor  
ROBERTO ANDRADE E SILVA  
Presidente da Câmara Municipal de  
PRAIA GRANDE - SP

Recebido  
Em 16/3/2016

Manoel Roberto do Carmo  
Diretor Legislativo

Serve o presente para acusar o recebimento de vosso Ofício GPC-L n° 006/2016, datado de 25 de fevereiro último, que capeia o Autógrafo de Lei Complementar supra referenciado.

De posse do referido ofício, determinei fosse ouvida a Secretaria de Urbanismo que em longo arrazoado, trouxe aspectos extremamente relevantes e que devem ser levados em consideração no momento de introduzir a proposta no mundo jurídico.

Objetivando esclarecer os aspectos argüidos pelo referido órgão da Administração, abaixo reproduzo parcialmente a manifestação:

" A Lei Complementar 661/13 vem para regular a atividade, prevendo direitos e impondo limites, a fim de assegurar a conservação dos bens públicos e possibilitar sua normal utilização, tanto pela coletividade, quanto pelos indivíduos especiais que detêm a permissão de uso a título precário.

Importante ressaltar, que bancas de jornais ocupam faixa do passeio público, o qual tem relevância social, pois as calçadas são caminhos de uso público que tem, por objetivo fundamental, propiciar às pessoas de diferentes idades e condições físicas um traslado seguro pelas ruas da cidade.

Não obstante ser um bem público pertencente ao Município, sua natureza jurídica é complexa, pois, aos proprietários ou possuidores dos imóveis lindeiros cabe sua parcela de responsabilidade, imputando ao particular o dever precípua pela execução e manutenção do passeio público.

A Constituição Brasileira concede uma reserva legislativa para o município normatizar assuntos de seu interesse, inclusive, sobre a concessão de uso das calçadas conferida aos particulares que preencherem os requisitos da legislação local.

Neste contexto, surge a Lei Complementar n° 661/13, com a principal finalidade de assegurar à coletividade o sadio e seguro aproveitamento do bem público, assegurando o

28.ª Sessão Data 28/03/16  
Encaminhamento APROVA  
EM DISCUSSÃO  
UNICA  
Presidente





*Prefeitura da Estância Balneária de Praia Grande*  
**Estado de São Paulo**

permissionário lhe é garantido o ordenado exercício da atividade laborativa; aos cidadãos à circulação com autonomia e segurança; e, finalmente, ao proprietário do imóvel contíguo o direito de bem usufruir do espaço reservado por lei.

O art. 9º da LC nº 661/13 preceitua que a localização e instalação de bancas de jornal deve considerar a Lei de Acessibilidade, a qual se trata de uma Lei Federal.

A Lei 10.098/00, que normatiza a acessibilidade, trata do assunto com prudência e rigor, dedicando capítulos inteiros para estabelecer meios e formas adequadas de instalação do mobiliário urbano, imputando ao município, portanto, o dever de orientar, limitar e fiscalizar o uso do passeio público.

Desta forma, os incisos do art. 9º da LC nº 661/13 se coadunam perfeitamente com aquela determinação, de maneira que, estabelecem metragens mínimas para assegurar a circulação de pedestres; distancias apropriadas quando se trata de esquina, para não prejudicar a visualização dos veículos; proteção aos proprietários dos imóveis que não podem ter obstáculos a sua passagem, inclusive, com obrigatoriedade de anuência dos mesmos quando da instalação das bancas de jornal.

Como se vê, todos os incisos do referido artigo versam sobre segurança e circulação de todos às pessoas que se utilizam deste importante bem público (a calçada), de forma que não pode ser delegado a um único particular - neste caso, o permissionário da banca de jornal -, o livre arbítrio do posicionamento da mesma.

O inciso II, objeto da intentada alteração, possui nítida finalidade de estabelecer seguro e viável meio para os usuários e consumidores freqüentarem a banca.

A vigente legislação obriga os fundos da banca ficarem voltados para a rua, isto porque, de outro modo, poderia causar grande insegurança aos usuários. A guisa de argumentação, imagine se a critério do permissionário, ele posicionasse a frente da banca voltada para rua. Certamente, os consumidores estariam expostos na via de circulação de automóveis."

Assim sendo e ante tais argumentos, que alertam para principalmente a segurança de pedestres e usuários das referidas bancas, é que com fulcro no Artigo 53, § 2º da Lei nº 681, de 06 de junho de 1990 - Lei Orgânica Municipal- VETO na íntegra o Autógrafo de Lei Complementar nº 02/2016, por contrariar o interesse público.

Atenciosamente,

  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
Prefeito

Parágrafo único - Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação da emenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, sem preceder discussão.

ARTIGO 175 - Anunciada uma votação, poderá o vereador pedir a palavra para encaminhá-la, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, a menos que o Regimento explicitamente o proíba.

#### **CAPÍTULO IV DA REDAÇÃO FINAL**

ARTIGO 176 - Terminada a fase de votação, será o projeto, com as emendas aprovadas, enviado à Comissão de Justiça e Redação para elaborar a redação final, de acordo com o deliberado, dentro do prazo de 03 (três) dias.

Parágrafo único - Indepe de parecer da Comissão de Justiça e Redação os projetos:

I - da Lei Orçamentária;

II - de Decreto Legislativo;

III - da Resolução reformando o Regimento Interno.

ARTIGO 177 - O projeto com o parecer da Comissão ficará pelo prazo de 03 (três) dias na Secretaria da Câmara, para exame dos vereadores.

ARTIGO 178 - Assinalada incoerência ou contradição na redação, poderá ser apresentada na Sessão imediata, por 1/3 (um terço) dos vereadores no mínimo, emenda modificativa, que não altere a substância do aprovado.

Parágrafo único - A emenda será votada na mesma Sessão e, se aprovada, será imediatamente retificada a redação final pela Mesa.

ARTIGO 179 - Terminada a fase de votação, estando para esgotar-se os prazos previstos por este Regimento e pela legislação competente para a tramitação dos projetos na Câmara, a redação final será feita na mesma Sessão pela Comissão, com a maioria de seus membros, devendo o Presidente designar outros membros para a Comissão, quando ausentes do Plenário os titulares. Caberá, neste caso, somente à Mesa, a retificação da redação se for assinalada incoerência ou contradição.

#### **CAPÍTULO V DA SANÇÃO, DO VETO E DA PROMULGAÇÃO**

ARTIGO 180 - Aprovado um projeto de lei na forma regimental, será ele, no prazo de 10 (dez) dias úteis enviado ao Prefeito, que, concordando, o sancionará e o promulgará.

Parágrafo 1º - Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em partes inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados daquele em que o receber e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Câmara os motivos do veto. O veto, obrigatoriamente justificado, poderá ser total ou parcial, devendo neste último caso abranger o texto do artigo, parágrafo, inciso, item ou alínea.

Parágrafo 2º - Decorrido o prazo, o silêncio do Prefeito importará sanção.

Parágrafo 3º - Comunicado o veto ao Presidente, este convocará a Câmara a apreciá-lo dentro de 15 (quinze) dias contados do seu recebimento em uma só discussão, considerando-se mantido o veto que não obtiver o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Câmara. Esgotado, sem deliberação o prazo previsto neste parágrafo, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até sua votação final. (Resolução nº 01/06)

Parágrafo 4º - Recebido o veto pela Câmara, será encaminhado a Comissão de Justiça e Redação, que poderá solicitar a audiência de outras Comissões.

Parágrafo 5º - As Comissões tem o prazo conjunto e improrrogável de 10 (dez) dias para a manifestação.

Parágrafo 6º - Se a Comissão de Justiça e Redação não se pronunciar no prazo indicado, a Mesa incluirá a proposição na pauta da Ordem do Dia da Sessão imediata, independente de parecer.

Parágrafo 7º - O veto total ou parcial ao projeto de lei orçamentária deverá ser apreciado dentro de 10 (dez) dias.

Parágrafo 8º - Nos casos dos parágrafos 2º e 3º, o Presidente da Câmara promulgará a lei dentro de quarenta e oito horas, entrando em vigência na data em que for publicada. Quando se tratar de veto parcial, a lei terá o mesmo número da anterior a que pertence.

Parágrafo 9º - O prazo previsto no parágrafo 3º não corre nos períodos de recesso da Câmara.

Parágrafo 10º - A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

ARTIGO 181 - Os originais das leis, antes de serem remetidos ao Prefeito serão registrados em livro próprio ou através de outro sistema, convenientemente autenticado, arquivados na Secretaria da Câmara.

ARTIGO 182 - As Resoluções e os Decretos Legislativos serão promulgados pelo Presidente da Câmara.

ARTIGO 183 - A fórmula para a promulgação de lei, resolução ou decreto legislativo pelo Presidente da Câmara, é a seguinte:

"O Presidente da Câmara Municipal de Praia Grande"



Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a (o) seguinte ...  
(Lei, Resolução ou Decreto Legislativo).

**TÍTULO VI**  
**DO CONTROLE FINANCEIRO**  
**CAPÍTULO I**  
**DO ORÇAMENTO**

**ARTIGO 184** - Recebido do Prefeito o projeto de Lei Orçamentária, dentro do prazo legal, o Presidente mandará distribuir cópias aos vereadores, enviando-as à Comissão de Finanças e Orçamento.

**Parágrafo único** – A Comissão de Finanças e Orçamento tem o prazo de 10 (dez) dias para exarar parecer.

**ARTIGO 185** - Na primeira discussão serão apresentadas emendas pelos vereadores presentes à Sessão, observado o disposto no artigo 165, parágrafo 1º da Constituição do Brasil.

**Parágrafo 1º** - Na primeira discussão os autores de emendas podem falar 10 (dez) minutos sobre cada emenda para justificá-la, nunca superando o prazo total de 60 (sessenta) minutos.

**Parágrafo 2º** - A Comissão tem o prazo de 10 (dez) dias para exarar seu parecer sobre as emendas.

**Parágrafo 3º** - Oferecido o parecer, será publicado e distribuído por cópia aos vereadores, entrando o projeto para a Ordem do Dia da Sessão imediatamente seguinte.

**ARTIGO 186** - Na segunda discussão que realizar-se-á 10 (dez) dias após a primeira, serão votadas, após o encerramento da discussão, primeiramente as emendas, uma a uma, e depois o projeto. (art.61 LOM).

**Parágrafo 1º** - Poderá cada vereador falar nesta fase de discussão 60 (sessenta) minutos sobre o projeto em globo e 10 (dez) minutos sobre cada emenda, nunca superando o prazo total de 60 (sessenta) minutos.

**Parágrafo 2º** - Terão preferência na discussão o autor da emenda e o relator.

**ARTIGO 187** - Aprovado o projeto com as emendas, voltará a Comissão de Finanças e Orçamento, que terá o prazo de 05 (cinco) dias para colocá-las na devida forma.

**ARTIGO 188** - As Sessões em que se discute o orçamento terão a Ordem do Dia reservada a esta matéria, sem realização do Expediente dos Senhores Vereadores.

**Parágrafo 1º** - Tanto em primeira como em segunda discussão, o Presidente, de ofício, prorrogará as Sessões até a discussão e votação da matéria.

**Parágrafo 2º** - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovados caso:



*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

**À DIRETORIA JURÍDICA**  
**SENHORA DIRETORA:**

Trata o presente processo de VETO total ao Autógrafo de Lei Complementar n.º 02/2016, relativo ao Projeto de autoria do Nobre Vereador Carlos Eduardo Barbosa, assim ementado: **"Dá nova redação ao inciso II do artigo 9.º da Lei Complementar n.º 661, de 25 de outubro de 2013"**.

O objetivo da proposta aprovada foi permitir que os permissionários de bancas de jornais e revistas instaladas no Município de Praia Grande escolhessem o melhor posicionamento das mesmas no calçamento do logradouro.

O veto sustenta-se no interesse público, uma vez que compromete a segurança de pedestres e usuários das referidas bancas.

Considerando que o veto é mecanismo de discordância do Poder Executivo quanto às normas emanadas do Legislativo, regularmente prevista no artigo 54, § 2.º da Lei Orgânica Municipal, e que o mesmo atende formalmente aos requisitos e prazos legais para sua emissão;

Esta Procuradoria Jurídica é de parecer favorável à submissão do veto à elevada deliberação colegiada, eis que formalmente em ordem para a deliberação colegiada, única instância a quem cabe discutir o mérito da propositura.

Praia Grande, 17 de março de 2016.

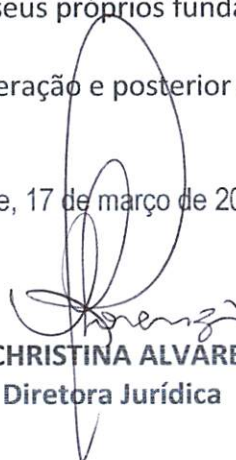
  
**FÁBIO CARDOSO VINCIGUERRA**  
Procurador

**SENHOR DIRETOR LEGISLATIVO:**

Acolho o parecer, pelos seus próprios fundamentos.

Para vossa elevada deliberação e posterior encaminhamento à Douta Comissão de Justiça e Redação.

Praia Grande, 17 de março de 2016.

  
**FERNANDA CHRISTINA ALVAREZ LORENZO**  
Diretora Jurídica



**Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande**  
**Estado de São Paulo**

PROCESSO Nº 010/16

VETO TOTAL AO AUTÓGRAFO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02/16

AUTOR: Vereador MARCELINO SANTOS GOMES

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Relator: Vereador ANTONIO EDUARDO SERRANO  
PARECER

Senhor Presidente:

Às catorze horas do dia vinte e um de março de dois mil e dezesseis, na sala dos Srs. Vereadores, presentes todos os seus membros, reuniram-se os componentes da douta Comissão de Justiça e Redação a fim de estudarem o presente projeto e ao final exarar o seguinte parecer:

Trata o presente processo de VETO total ao Autógrafo de Lei Complementar n.º 02/2016, relativo ao Projeto de autoria do Nobre Vereador Carlos Eduardo Barbosa, assim ementado: **"Dá nova redação ao inciso II do artigo 9.º da Lei Complementar n.º 661, de 25 de outubro de 2013"**.

O objetivo da proposta aprovada foi permitir que os permissionários de bancas de jornais e revistas instaladas no Município de Praia Grande escolhessem o melhor posicionamento das mesmas no calçamento do logradouro.

O veto sustenta-se no interesse público, uma vez que compromete a segurança de pedestres e usuários das referidas bancas.

Considerando que o veto é mecanismo de discordância do Poder Executivo quanto às normas emanadas do Legislativo, regularmente prevista no artigo 54, § 2.º da Lei Orgânica Municipal, e que o mesmo atende formalmente aos requisitos e prazos legais para sua emissão;

Esta Comissão analisante é de parecer favorável à submissão do veto à elevada deliberação colegiada, eis que formalmente em ordem para a deliberação colegiada, única instância a quem cabe discutir o mérito da propositura.

QUORUM: MAIORIA ABSOLUTA PARA REJEIÇÃO DO VETO  
(Art. 54 - § 5º da L.O.M.)

ANTONIO EDUARDO SERRANO

MARCELINO SANTOS GOMES

SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA





*Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande*  
*Estado de São Paulo*

## FICHA DE INSCRIÇÃO PARA DISCUSSÃO:

ITEM: 01 - PROC. 10/16 - VETO PLC 02/16 - 8:5.0.

	NOME	HORÁRIO INÍCIO	HORÁRIO FIM
1	CADU	20:22	20:25
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			

Praia Grande, 23 / 03 / 16.

  
\_\_\_\_\_  
ROBERTO ANDRADE E SILVA

Presidente



# CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE

**Matéria : VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/16**  
**Autoria : EXECUTIVO MUNICIPAL**

**Ementa : Veto Total ao Projeto de Lei Complementar nº 02/2016, de autoria do Vereador CARLOS EDUARDO BARBOSA, que dava nova redação ao inciso II do Artigo 9º da Lei Complementar nº 661, que institui normas para a instalação de bancas de revistas.**

**Reunião :** 8º Sessão Ordinária da 4ª S. Legislativa  
**Data :** 23/03/2016 - 20:24:50 às 20:25:23  
**Tipo :** Nominal  
**Turno :** Único  
**Quorum :** Maioria Absoluta  
**Condição :** 9 votos Sim  
**Total de Presentes :** 16 Parlamentares

N. Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
1	ANTONIO CARLOS REZENDE	PSDB	Sim	20:24:57
2	ANTONIO EDUARDO SERRANO	PROS	Sim	20:25:06
3	BENEDITO RONALDO CESAR	PMDB	Não Votou	
4	CARLOS EDUARDO BARBOSA	PTB	Nao	20:25:01
5	CARLOS EDUARDO G KARAN	PSD	Nao	20:25:07
6	EDNALDO DOS SANTOS PASSOS	SDD	Sim	20:25:03
7	EDUARDO PADUA SOARES JARDIM	PPS	Sim	20:25:08
8	EUVALDO REIS S MENEZES	PTN	Sim	20:25:00
9	FRANCISCO RODRIGUES B NETO	PMDB	Sim	20:25:04
10	JANAINA BALLARIS	PT	Nao	20:25:03
11	MARCELINO SANTOS GOMES	PPS	Sim	20:25:06
12	MARCO ANTONIO DE SOUSA	PMN	Sim	20:25:15
13	PAULO EMILIO DE OLIVEIRA	PRB	Sim	20:24:57
14	ROBERTO ANDRADE E SILVA	PMDB	Não Votou	
15	ROMULO BRASIL REBOUÇAS	PSD	Nao	20:25:09
16	SERGIO LUIZ SCHIANO DE SOUZA	PSB	Sim	20:25:05
17	TATIANA TOSCHI MENDES	PSD	Nao	20:25:10

**Totais da Votação :**

SIM	NÃO	
10	5	
66,67%	33,33%	

**TOTAL**  
**15**

**Resultado da Votação : APROVADO**

**Mesa Diretora da Reunião :**

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO



Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande  
Estado de São Paulo

Em 28 de Março de 2.016.

**OFÍCIO GPC-L Nº 018/16**

SENHOR PREFEITO:

Com os meus cordiais cumprimentos, sirvo-me do presente para comunicar Vossa Excelência, que por ocasião da Oitava Sessão Ordinária, da Quarta Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura, realizada no dia 23 do corrente mês, o Colendo Plenário desta Casa houve por bem acolher o VETO TOTAL ao Projeto de Lei Complementar nº 02/16, Autógrafo de Lei Complementar nº 02/16, o qual "*altera o inciso II do artigo 9º da Lei Complementar nº 661, de 25 de outubro de 2013*", comunicado a esta Casa através do ofício GP nº 0138/2016, datado de 11 de março do ano em curso.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada consideração e apreço.

Atenciosamente,

  
**ROBERTO ANDRADE E SILVA**  
Presidente

CÓPIA

Excelentíssimo Senhor  
**ALBERTO PEREIRA MOURÃO**  
DD. Prefeito da Estância Balneária de Praia Grande  
**N E S T A**

RECEBIDO  
29 / 03 / 16  
  
Funcionário  
**Claudia Gardelli**  
RF 10585